

Mailson confirma: o Brasil²⁰ pedirá um empréstimo-ponte

JAN 1988

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo brasileiro está mesmo negociando um empréstimo-ponte junto aos credores internacionais, para reiniciar o pagamento dos juros da dívida externa vencidos a partir de 1º de janeiro. Esse empréstimo-ponte deverá abranger o pagamento dos juros entre janeiro-junho, será negociado antes da aprovação do protocolo que definirá as bases da negociação de mais longo prazo e a proposta do governo brasileiro é que o Brasil arque com um terço dos juros e os bancos credores com dois terços.

Essa informação foi dada pelo ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega. Ele chamou esse acordo provisório de "esquema interino" e considerou que um empréstimo-ponte já estava implícito na negociação do ano passado, quando ficou definido que o Brasil somente retomaria o pagamento dos juros de 1988 se a comunidade financeira internacional, credora do Brasil, concedesse um financiamento adequado, pois as reservas cambiais do País eram e são insuficientes para saldar a totalidade dos juros que vencem neste ano.

O Banco Central, segundo o ministro da Fazenda, está fazendo os cálculos do balanço de pagamento para este ano, considerando um superávit comercial entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões, para chegar à cifra exata de necessidade de financiamento dos credores. Grosso modo, os desembolsos com juros, embora variem mês a mês, estão em torno de US\$ 700 milhões a US\$ 800 milhões ao mês. Se o acordo provisório abarcar os próximos seis meses — o ministro calculou entre três e seis meses — resulta-

BIRD discute reforma

por Cláudia Safatle
de Brasília

Começou ontem a negociação do Banco Central (BC) com o Banco Mundial, em torno de um financiamento de aproximadamente US\$ 500 milhões, numa primeira etapa, para elaboração do projeto de reajustamento do sistema financeiro brasileiro — a reforma bancária.

Segundo uma nota distribuída ontem pelo BC, o diretor da área bancária do BC, Wadico Bucchi, que está coordenando os trabalhos do lado da equipe brasileira, informando que, além da preparação da agenda dos técnicos do Banco Mundial no período de três a quatro semanas que perma-

necerão em Brasília, foram discutidas as políticas de taxa de juros, reservas bancárias, tributação e normas do sistema financeiro.

Os trabalhos em torno da reforma bancária serão conduzidos por cinco grupos técnicos envolvendo a diretoria da área bancária do Banco Central, a diretoria de mercado de capitais, de fiscalização, da dívida pública e mercado aberto, além da diretoria de crédito rural e departamento econômico do BC. Participam também técnicos do Ministério da Fazenda e, do lado do Banco Mundial, chefiada pelo economista Roberto Mosse, da divisão de finanças e comércio do Banco Mundial.

ria num montante de aproximadamente US\$ 3 bilhões, a ser financiado pelos bancos credores e instituições multilaterais de crédito.

Nóbrega não quis mencionar nenhuma cifra. Apenas disse que o Banco Central está trabalhando nesse número e que caberia dois terços aos bancos credores e um terço ao Brasil.

NEGOCIAÇÃO

"Nós não nos furtamos a discutir com nossos credores uma solução que permita ao Brasil reiniciar os pagamentos. E nossa intenção é reiniciar, o mais rápido possível, a normalização do relacionamento com o sistema financeiro internacional, porque isso é importante para o desenvolvimento do País", observou o ministro da Fazenda.

Depois desse esquema interino — o segundo da gestão de Nóbrega (o primeiro foi negociado na gestão Bresser mas executado no início deste ano) —, o mi-

nistro espera elaborar o protocolo de negociação da dívida deste ano e, se possível, de 1989. Como as autoridades econômicas do governo já absorveram a posição dos credores, de não fechar um acordo definitivo para a dívida externa antes de terminados os trabalhos da Constituinte, a alternativa é um acordo provisório que é, para o ministro, "uma parte importante da estratégia que tem como objetivo assegurar o ambiente, o clima, para um processo de retomada dos investimentos estrangeiros no País".

Essas orientações foram transmitidas pelo ministro ao negociador da dívida, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que retorna possivelmente neste fim de semana ou no mais tardar no início da semana que vem para Nova York. A vinda de Milliet a Brasília teve como motivo reproduzir as conversas com o comitê de credores e tratar das novas regras pa-

ra a conversão da dívida externa em investimento direto.

MORATORIA

Indagado se a suspensão da moratória não acabou deixando o País com menor poder de barganha junto aos credores, Nóbrega respondeu: "Vamos deixar claro uma coisa: não é o poder da moratória que melhora as condições de negociação do Brasil com seus credores, mas sobretudo a realização de um programa coerente interno que promova o desenvolvimento do País".

Nóbrega não confirmou a notícia de que os bancos europeus e japoneses estariam reticentes em aderir à negociação. "Essa não é a informação que nós temos. As conversas com o comitê de assessoramento continuam numa discussão de nível elevado e há um clima de entendimento e cooperação sendo construído de forma rápida. Assim, não há indicação de que os bancos europeus e japoneses estejam querendo retirar-se do comitê".

Neste ano, portanto, o País poderá fechar com os credores duas negociações: uma provisória e a definitiva; Nóbrega não quis confirmar se serão negociados também os juros de 1989 — "isso será definido na mesa de negociação". O acordo definitivo ainda deverá passar por um longo processo de entendimentos entre a assinatura do protocolo e a adesão final de no mínimo 90% dos bancos credores.

O ministro da Fazenda viaja na segunda semana de fevereiro para os Estados Unidos, com passagem em Nova York e Washington, onde certamente se encontrará com as autoridades financeiras norte-americanas, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.